

# Os processos diaspóricos até o *Quarto de despejo*: ecos dissonantes na escrita como resistência. A Construção identitária de Carolina Maria de Jesus

Diasporic processes to the Dumping Room: jarring echoes in writing as resistance. Carolina Maria de Jesus's Identity Construction

Fabiana Julião de Souza Lapa<sup>1</sup>

## RESUMO

Por razões históricas e ideológicas, protagonizar a produção da escrita feminina torna-se ainda mais distante, num cenário de mulheres negras, marginalizadas, nascidas e criadas, majoritariamente, em ambientes não letrados, ou quando muito, semialfabetizadas, cujos corpos atuam, por vezes, como único capital simbólico dos sujeitos negros. Na literatura brasileira, as representações da mulher negra, não raro, marcam o sujeito de forma negativa, ancorado em estereótipos que, por sua vez, retomam imagens ligadas ao período do escravagismo, ao corpo-objeto ou corpo-procriação, que supre e serve. Diante da necessidade de ocuparem papéis de protagonismo e do pensar feminismo negro como projeto democrático, mulheres negras usam a autorrepresentação como recurso de aproximação através das escritas de si, atuando para formar as expressões, antes presas e silenciadas pelas condições históricas, em lugares de disputas e conflitos que atravessam e se reproduzem na cidade. Rompendo barreiras, a negra Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de Despejo*, relata os ecos dissonantes nas reminiscências escravocratas, presentes em sua construção identitária e nos processos violadores em sua vida e narrativa na diáspora feminina negra, entendendo que, embora a cidade seja concebida discursivamente por múltiplos agentes, essa construção se dá de forma assimétrica e hegemônica, pautada na legitimação de determinados saberes e narradores, autorizados a delimitar, marginalizar, deslegitimar e subjugar narrativas, territórios e sujeitos que não ocupem lugares privilegiados na hierarquia social.

**Palavras-chave:** Carolina Maria de Jesus; Escrita Feminina Negra; Reminiscências Escravocratas.

## ABSTRACT

For historical and ideological reasons, to be at the forefront of women's writing, is an even more remote possibility for black women, who are disenfranchised and are born and raised, in largely illiterate or, at best, semi-literate environments and whose bodies are often the only symbolic capital of black individuals. In Brazilian literature, black women are often represented negatively, based on stereotypes, harking back to the times of slavery, with their bodies represented as objects, that procreate and that supply and serve. Faced with the need to occupy roles of protagonism and to think black feminism as a democratic project, black women use self-representation as a means of approximation through self-writing, acting to form expressions, previously preyed upon and silenced by historical conditions, in places of dispute and conflict that cross and reproduce in the city. In her novel, *Dumping Room*, the black writer, Carolina Maria de Jesus reports the jarring echoes of the reminiscences of slavery, present in the construction of her identity and the processes of violation in her life and narrative, in the black female diaspora. She recognises that although the city is conceived discursively by multiple agents, this construction takes place in an asymmetrical and hegemonic way, based on the legitimation of particular knowledge and narrators, who have the authority to delimit, marginalize, delegitimize and subjugate narratives, territories and subjects that do not occupy privileged places in the social hierarchy.

**Key words:** Carolina Maria de Jesus; Black Female Writing; Skeptic Remnants

<sup>1</sup> Professora de Língua Portuguesa e Redação. Especialista em Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras – Literatura Brasileira, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. E-mail: fabianalapa@hotmail.com

*A fome também é professora.*

Carolina Maria de Jesus

Reconhecer que o mito da democracia racial camufla e abafa o racismo latente nas sociedades é pensar a universalidade da condição de opressão feminina, bem como as razões pelas quais as desigualdades ainda se instauram nos diferentes espaços. Elencando a narrativa testemunhal feminina como um dos tantos dilemas no processo de representação de gênero, tendo em vista a invisibilidade da mulher escritora, sobretudo a negra, ao longo da história, entra em cena Carolina Maria de Jesus, marcando uma trajetória de busca por (re)conhecimento, face a uma diáspora dissonante. Nascida em 1914, na cidade de Sacramento, interior de Minas Gerais, a negra, filha de analfabetos, aprende e aprimora a leitura durante os dois únicos anos em que frequentou a escola – ponte para a descoberta de um mundo que, até então, desconhecia. Entre os muitos deslocamentos na busca por uma vida melhor, sua identidade é construída através dos processos de percepção de seu sofrimento enquanto negra, pobre,

mãe solteira, e da instauração de forte consciência de sua corporalidade.

Tendo sido o corpo negro, durante séculos, violado em sua integridade física, interdito em seu espaço individual e coletivo pelo sistema escravocrata do passado e, ainda hoje, pelos modos de relações raciais que vigoram em nossa sociedade, coube aos brasileiros, descendentes de africanos, inventarem formas de resistência que marcaram profundamente a nação brasileira. (EVARISTO, 2005)

Analisando seu lugar de escrita, criticamente doloroso na forma como vê e sente o mundo, como se revela a si mesma, Carolina exprime sua revolta ao tomar consciência de sua condição social, com olhar apurado – o de quem está acostumada a dar valor ao que todos descartam: o lixo. Através de seu sofrimento, Carolina se estrutura através da escrita como mecanismo de desabafo e denúncia. Moradora da favela do Canindé, às margens do rio Tietê, sem perspectivas e com três filhos para sustentar, cata papel pelas ruas da cidade, produzindo circuitos na busca pela sobrevivência, retirando do lixo, alimentos para seu corpo – negro, estigmatizado – e seu espírito. No lugar onde cata os papéis para vender, encontra os cadernos que transforma em “diários”, relatando os dissabores de seu dia a dia, reflexões

sobre seu sofrimento, sua fome, sua repulsa pelos políticos e sua compulsão pela escrita, ferramenta de denúncia e desabafo de um cotidiano sofrido e miserável.

Em 1960, conheceu o jornalista Audálio Dantas, que fazia uma reportagem na favela do Canindé. A ele mostra seus escritos que, posteriormente, os seleciona e publica. Carolina realiza, então, o sonho de tornar-se escritora, publicando seu primeiro livro: *Quarto de despejo – Diário de uma favelada*. A narrativa autobiográfica, memorialística e de cunho testemunhal, realizada nos diários de Carolina Maria de Jesus, são construções discursivas que trabalham o gênero em sua versão mulher negra, escritora, e a recusa de sua condição humana em ser despejo, na sociedade desigual que a empurrou para a miséria, num diálogo entre conceitos como identidade, memória, espaço, linguagem e cultura, retratados nos diários, pensando no binômio indivíduo e ambiente social como um processo dinâmico de transformações. Parte integrante de um ambiente miserável, que também representa a solidão de um mundo devastado por genocídios raciais, Carolina sofre as reminiscências de um processo

escravagista, em que a cor marca posição, assim como se reinventa diante da máquina burocrática instalada na “sala de visitas”, que é a cidade cujas instituições oficiais tratam favelados com desprezo, soberba e estigmatização.

### **Carolina: o papel da negra e a negra no papel**

A construção da identidade negra é um processo de transformação, de trocas e de identificações. Dessa forma, o escritor afro-brasileiro, ao recontar seu passado de abusos, firma-se, ainda que à margem, como senhor de uma história que só poderia ser contada de forma tão incidente por aqueles que a viveram. Nesse processo de construção da identidade negra na literatura, é pertinente salientar que a escrita feminina, embora ocultada por muito tempo pelo véu da pobreza e da falta de instrução, vinculada à exclusão racial e de gênero, ganha destaque com Carolina Maria de Jesus. A obra dessa escritora, precursora de seu tempo, marca a literatura escrita por mulheres negras no cenário cultural brasileiro, trazendo o negro para o centro da narrativa, reconstruindo conceitos estreitos que

tendem a aumentar as desigualdades, a desumanização e subalternização, evidenciadas sob o olhar do branco.

Carolina Maria de Jesus retrata o quão importante é a lembrança para a construção das memórias social e cultural da mulher negra, e como estas contribuem para a formação da identidade. Diante de uma construção historiográfica da opressão e discriminação aos negros, bem como de suas tradições e expressões culturais, silenciadas ao longo do tempo, a busca pela identidade, pela essência, unidade de suas experiências, faz-se necessária para seu reconhecimento como sujeito.

O processo de afirmação da identidade e a enunciação da diferença pressupõem o desejo de diferentes grupos sociais imporem sentidos, valores, regras, ou seja, o poder está presente, tecendo essas relações. Um poder que assim como produz identidades, produz diferenças, constitutivo de tecido social, de atos de significação, pelos quais o mundo é dividido em grupos, em classes. Segundo Stuart Hall (2000, p.109):

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no

interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.

De certo modo, as dúvidas e os questionamentos da escritora apontam para essa forma de sobreviver de forma isolada. Em contraposição a esse conformismo, acaba por demonstrar a insatisfação e o desconforto com a vida exterior que a atinge e a leva a passar os dias na favela, não interagindo com os que ali estavam. Stuart Hall (2006), em seu livro *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, chama atenção para o fato de que, com o advento da modernidade, as culturas nacionais aparecem como um dos principais alicerces da constituição da identidade cultural. Como escreve o teórico pós-colonial, “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2006, p. 48-49). Nação é um sistema de representação cultural. Partindo desta premissa, ao se construírem histórias sobre as nações, evidencia-se a busca infundável por constituir identidades culturais unificadas para representá-las. Hall desconstrói essa ideia de cultura nacional unificada,

argumentando, de modo muito coerente, que

uma “identidade nacional” não pode ser única e exclusiva em decorrência das diferenças existentes numa mesma nação: raça, etnia e gênero. As nações são constituídas de diversas culturas que só são unificadas através de processos de conquista violenta e eliminação forçada da diferença cultural. “Cada conquista subjuguou povos conquistados e suas culturas, costumes, línguas, tradições, e tentou impor uma hegemonia cultural mais unificada” (HALL, 2006, p. 60).

Isso pressupõe que a “identidade nacional” seja uma estrutura de poder. O processo de construção da identidade de Carolina Maria de Jesus se dá a partir de identificações com sua posição de sujeito – não absoluto –, mas um sujeito do seu próprio discurso. Nesse cenário de um mundo conquistado e dominado por homens brancos, Carolina, a negra escritora, moradora da favela, mãe solteira e catadora de restos que a cidade descarta, reafirma sua identidade como sujeito de um discurso, até então invisibilizado, de uma minoria que a cidade descarta, silencia e empurra para o “quarto de despejo”.

## **A identidade do negro: uma questão de cor**

O discurso sobre a “identidade nacional brasileira”, produzido por importante parcela da elite política e intelectual do país, de modo mais intenso na primeira metade do século XX, profundamente influenciada pelas teorias raciais europeias e norte-americanas, começa a se estabelecer quando o Brasil deixa de ser colônia. A supressão do sistema escravocrata, em 1888, coloca-se, aos pensadores do país, uma questão fundamental: a construção de uma nação e de uma “identidade nacional”. Essa construção apresentava-se como um desafio frente à nova categoria de “cidadãos” que surgia: os ex-escravizados negros.

Nesse contexto, o negro foi considerado o principal símbolo de atraso e degradação do Brasil, isto é, uma ameaça à configuração da nova sociedade que emergia, sucessora da escravocrata. A solução para esse impasse se encontraria numa proposta eugenista, que visava não só o branqueamento nacional, mas também o estabelecimento de uma cultura unificada através da hegemonia cultural, em conformidade com os padrões civilizatórios provenientes da Europa. A defesa do branqueamento,

ou do “embranquecimento”, tinha como ponto de partida o fato de que, dada a realidade do processo de miscigenação na história brasileira, os descendentes de negros passariam a ficar progressivamente mais brancos a cada nova prole gerada. Tentou-se absorver membros de grupos étnico-raciais distintos no segmento étnico-racial socialmente dominante, buscando-se a homogeneidade por intermédio da miscigenação e da assimilação cultural.

Em suma, buscou-se unificar diferentes identidades presentes na “identidade nacional” em construção, obedecendo-se ao ideário do branqueamento. Assim, os quadros de referência, ou as paisagens culturais, que antes sustentavam o indivíduo no mundo social, são deslocadas, fazendo com que as identidades sejam movidas por mudanças. Nesse sentido, é praticamente impossível afirmar que alguém possui uma identidade fixa, visto que todos passam, no decorrer da vida, por uma identificação passível de mudança e transformação. Para Stuart Hall (2006), toda identidade é móvel e, justamente por isso, ele sugere a utilização da expressão identificação para o entendimento das representações que constroem e

modificam as culturas, os sujeitos e os espaços (HALL, 2006, p. 39).

A inscrição autoral do corpo negro no discurso quebra paradigmas e funda novas gramáticas para o mundo, ampliando os universos, pois os diversos atores sociais que se inscrevem na tessitura literária somam novos traços à sua constituição: rasuram a superfície homogênea do campo, acrescentam perspectivas novas, pontos de vista diferentes e tornam mais complexo o próprio entendimento do que venha a ser valor literário – como fez a autora Carolina Maria de Jesus, por exemplo. Nesse sentido, a engrenagem textual se torna mais rica e complexa quando a heterogeneidade e a diferença são elementos efetivos no contexto da narrativa, não apenas representados em seus diversos objetos, mas formulando a própria dicção das obras. A experiência da diáspora está nos muitos deslocamentos de Carolina, já que migrou durante toda vida, fixando-se em São Paulo, onde a intensa movimentação ocorreu desde os anos 40, atraindo os menos privilegiados, com promessas de melhores condições. Silviano Santiago (2016, p.16):

[...] Às vezes confundido com o bíblico *êxodo*, o vocábulo *diáspora* passaria a ser também aplicado a indivíduos isolados ou a familiares em pequenos grupos, forçados à atitude extrema da fuga para sobreviver como humanos. Para ser mais preciso: na tentativa duma vida melhor para si e, indiretamente, para os familiares que os aguardam em casa, abandonam temporária ou definitivamente o lar e migram em busca de oportunidades.

Quando se mudou para São Paulo, em 1937, num processo de reterritorialização, deixou para trás família, livros, e passou a escrever incessantemente. Pelos relatos em *Quarto de Despejo*, percebemos as agruras e sofrimentos pelos quais passava:

Eu hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei se choro ou saio correndo sem parar até cair inconciente. É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro. Passei o dia escrevendo. Sobrou macarrão, eu vou esquentar para os meninos. Cosinhei as batatas, eles comeram. Tem uns metais e um pouco de ferro que eu vou vender no Seu Manuel. Quando o João chegou da escola eu mandei ele vender os ferros. Recebeu 13 cruzeiros. Comprou um copo de água mineral, 2 cruzeiros. Zanguei com ele. Onde já se viu favelado com estas finezas?

... Os meninos come muito pão. Eles gostam de pão mole. Mas quando não tem eles comem pão duro. Duro é o pão que comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado. (JESUS, 2015, p.41)

Carolina Maria de Jesus vivenciou a situação de penúria das favelas brasileiras, que emergiram no cenário do país a datar pelo fim da escravidão, no final do século XIX, e que só pioram desde então. As periferias dos grandes centros urbanos – as favelas no Brasil –, grande parte situadas no Rio de Janeiro e São Paulo, remetem a uma miséria atrelada à disparidade econômica. Voltada, em sua maioria, aos povos negros, as favelas remetem a uma faceta da dominação branca e da desigualdade sistematicamente prezada e resguardada por elites que tornam elementos como a falta de saneamento básico, eletricidade, água potável e outras demandas básicas ao ser humano, parte integrante do que compõe esses assentamentos urbanos. O período em que numa delas Carolina viveu, foi repleto de momentos únicos na história brasileira. Existiu nos entremeios de duas ditaduras: a do Estado Novo, fundada em 1945, que gestara, anos depois, a imposição do regime militar no Brasil, em 1964.

Nesse processo de construção de identidade, enquanto negra, Carolina dá continuidade a uma espécie de missão, de procura da sabedoria incutida por seu avô e

impregnada de uma cultura ancestral. Na cidade grande, isolou-se, encontrando na escrita, sua literatura. Com isso, conjugou uma voz própria com a vivência que trazia do entorno. Nos tantos processos de ir e vir, Carolina se reinventa e finca sua história, construindo sua identidade. De acordo com Zilá Bernd (2007, p. 90):

Território e deslocamento deixam de ser antiéticos, passando a ser complementares. De modo semelhante, os conceitos de territorialização e desterritorialização não devem ser vistos em termos de oposição binária, mas de passagens necessárias nos processos de construção identitária, pois desterritorializações são sucedidas por movimentos de reterritorialização que não apenas restauram o território cultural perdido, mas o enriquecem com elementos novos.

A expressão “quarto de despejo”, numa metáfora da escritora, refere-se à favela como um lugar em que a sociedade “guarda” o que não quer mostrar na sala de visitas. A noção de pertencimento à cultura negra se alimentou também do abolicionismo dos poetas românticos brasileiros e das ideias de intelectuais como Rui Barbosa e José do Patrocínio, aos quais Carolina teve acesso por influência de um Oficial de Justiça mulato, de Sacramento, que lia,

diariamente, trechos de jornais para os negros da cidade. Nos exíguos dois anos em que estudou numa escola espírita, Carolina tomou gosto pela leitura, e dali para frente, lia tudo o que lhe caía nas mãos, entre livros achados ou recebidos em doação, o que formou um repertório de referência muito particular. O aumento de narrativas de cunho testemunhal ou memorialista surge imperativo diante da fluidez e nomadismo do mundo contemporâneo, no qual se busca reconstruir a trajetória individual e, muitas vezes, de uma coletividade, por meio do resgate de imagens do passado e até mesmo de meros fragmentos que, ao serem colados, constituem um mosaico representativo da nossa época de incertezas e precariedades.

### **Elitização do cânone e exclusão da mulher**

Historicamente, o lugar da mulher na sociedade foi categoricamente interpretado como inferior ao do homem, determinando um fenômeno excludente e opressor, construído nos moldes do patriarcalismo. A realidade feminina era pautada nos afazeres domésticos,

filhos bem educados, dedicação exclusiva aos maridos, enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida penúria cultural e, por isso, a produção literária das mulheres, ignorada ou excluída, permaneceu na quase invisibilidade durante muito tempo. Os estudos da produção literária feminina revelam a marginalidade das mulheres em todos os segmentos da sociedade, especialmente na produção intelectual. Ao longo do tempo, diversas autoras se utilizavam de pseudônimos masculinos para que a edição e a circulação de suas obras fossem possíveis, como também para que seus escritos fossem devidamente reconhecidos. Uma bandeira que urgia ser levantada era a do direito básico de aprender a ler e a escrever, até então reservado ao sexo masculino. Como ainda não ocupavam espaços públicos, restringiam-se aos círculos com familiares e amigos. As primeiras poucas mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente de que mulher não necessitava saber ler nem escrever,

foram tachadas de subversivas, obscenas e sofriam com o preconceito na luta pela ruptura do paradigma doméstico, pela ânsia por liberdade — principalmente de expressão e pelo direito ao pensamento crítico.

Nesse processo de produção literária das mulheres escritoras, injustamente apagadas ao longo da história da literatura, destacamos o processo de lutas social e política para a conquista de muitos direitos como ao voto, reconhecimento no mercado de trabalho, nas artes e no meio intelectual. Se para mulheres brancas, a sociedade já era por demais excludente, as negras continuavam num processo de apagamento e escravização. Só podemos falar de democratização do sistema educacional se considerarmos a situação dos negros como uma negação de amplitude deste processo, considerando o local de marginalização social, econômica e cultural de que parte, comparados àqueles ditos como privilegiados.

Os diversos eixos de opressão e suas expressões são constantemente invisibilizados, levando-nos a acreditar num caminho universalizante da experiência de ser mulher ou homem, negro ou branco. A pobreza e as

consequentes faltas de oportunidades são historicamente racializadas e precisam ser entendidas como tal. Ao ser abolida a escravidão, a vida não significou liberdade, mas sim, outra situação de precariedade: sem qualquer ressarcimento por parte do Estado, sem os direitos que os brancos tinham, as possibilidades de sobrevivência que restavam aos negros advinham de trabalhos sub-humanos, morar em zonas periféricas, preconceito, ou seja, o racismo institucionalizado e expresso nas relações sociais, herança passada às gerações – o que se repercute, material e subjetivamente, no acesso pleno aos direitos ditos essenciais e à reprodução de desigualdades, como a educação.

Em 1985, Spivak publicou o artigo, *Pode o subalterno falar?* É importante reparar que, nesse artigo, a autora faz uma autocrítica aos estudos subalternos, através da reflexão sobre a prática discursiva do intelectual pós-colonial. Para ela, o sujeito subalterno é aquele cuja voz não pode ser ouvida; sua crítica à intelectualidade que pretende falar em seu nome é ao fato de que o subalterno, como Carolina, mulher negra, favelada e mãe solteira, excluído por um discurso hegemônico, permanece silenciado e aparece como

constituição de mais um “outro”, uma classificação essencialista que acaba por não incorporar a noção de *différance* ou hibridismo. Como um dos tantos ecos dissonantes nos percursos femininos, é perceptível a invisibilidade de escritoras negras em nossa literatura, uma vez que ficou relegada a estas, a marginalização e o esquecimento por parte de nosso cânone literário. A apropriação da escrita literária pelas mulheres negras foi fundamental no processo de aquisição de um novo olhar sobre estas mesmas, suas lutas, seus modos de resistência, história e alteridade. A escrita marginal feminina negra discute questões socioculturais, de gênero, de raça de uma forma diferencial, buscando problematizar discursos fixados, canonizados historicamente. Conceição Evaristo (2005, p. 54) afirma que:

Se há uma literatura que nos inviabiliza ou nos ficciona a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de representação da mulher negra na literatura. Assenhorando-se “da pena”, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de autorrepresentação.

A literatura feminina negra, como a de cunho testemunhal de

Carolina Maria de Jesus, apresenta um discurso diferenciado, pautado pelas vivências, marcas de vida, experiências da própria mulher negra, que busca lançar sobre si um novo olhar que lhe é intrínseco, que parte dela mesma e não de representações estereotipadas, baseadas em concepções preconceituosamente fixadas. Essa escrita se tece pela enunciação de uma das tantas vozes, antes silenciadas, em meio à subalternização e marginalização, que se lançam como forma de resistência à opressão e à exclusão. É, pois, uma forma de se afirmar como sujeito crítico, ativo, resistente diante de um sistema hegemônico e excludente. Constata-se, então, que, apesar de toda exclusão que recai sobre as mulheres negras, da invisibilidade que as cerca, estas têm algo a dizer, são capazes de produzir, lutam por um mundo mais equitativo, falam, escrevem, contribuindo com um discurso literário inovador, desafiante, revelando de forma diferencial sujeitos estigmatizados. Além disso, a escrita marginal feminina negra se inscreve no movimento da memória, o resgate das vozes antes silenciadas pela hegemonia branca, masculina, heterossexual como forma de

contestação, de reivindicação pelo lugar de fala desse sujeito, trazendo à cena a consciência da ancestralidade, a importância de afirmar a existência da mulher negra.

### ***Do Quarto de despejo à sala de visita***

A escrita feminina negra foi crucial no processo de reconhecimento da condição social da mulher, pois foi por meio dela que tantas mulheres, como escritoras negras subalternizadas, puderam ser agentes dentro de seu contexto social, exercendo seu discurso, falando a sua palavra, o que lhes conferiu progressivamente a conquista da autonomia. A escrita marginal de escritoras negras faz parte da construção de um discurso que insere a mulher no mundo como sujeito ativo, crítico-reflexivo, que ajuda a (des)construir a si mesmo e ao seu espaço social. A luta por um espaço mais digno, pela liberdade, pela valorização da mulher negra é uma marca da escrita dessas mulheres, que através de um conhecimento sobre sua própria condição sociocultural, reflete seus contextos e busca modos de intervenção contra sistemas que as aprisionam.

De tal modo, a escrita marginal feminina negra traz relevantes contribuições para os estudos literários, quando lança uma literatura inovadoramente crítica, transgressora e colabora também para os estudos feministas e de gênero ao ratificar a dignidade da mulher e ao lutar, paulatinamente, pela emancipação desta. A escrita marginal feminina e negra constitui-se como um instrumento de luta e resistência, ecoando vozes de mulheres subalternizadas, silenciadas como forma de protesto, como gesto feminista pelo direito de fala. Sendo assim, essa escrita configura-se como forma de consciências política e social, mostrando que essas mulheres, numa atitude feminista, lutam, denunciam e buscam transformar um sistema que, de vários modos, subalterniza-as.

Porém, os relatos sobre as vidas pessoais de mulheres negras dificilmente são transformados em obras de alcance público, já que, no Brasil, o ler, o escrever e, ainda mais o publicar, ainda são práticas comuns aos homens e mulheres brancos e aos espaços acadêmicos. Contudo, essas mulheres negras, dentre outras conquistas, têm cada vez mais rompido esses bloqueios sociais,

utilizando a escrita como instrumento de expressão da intimidade, revelando, através de suas memórias, que mesmo em tempos de lutas históricas, a condição feminina negra é a mais vulnerável no que diz respeito à garantia dos direitos humanos, e que a escrita é espaço potencial de visibilizar seus modos de ver, sentir, estar e agir. A escrita se apresenta, dessa forma, como um instrumento, veículo de afirmação de identidade pessoal e coletiva. Kimberlé Crenshaw (2002, p. 173) afirma:

Há um reconhecimento crescente de que o tratamento simultâneo das várias 'diferenças' que caracterizam os problemas e dificuldades de diferentes grupos de mulheres pode operar no sentido de obscurecer ou de negar a proteção aos direitos humanos que todas as mulheres deveriam ter. Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são 'diferenças que fazem diferença' na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres.

A experiência de gênero, sem dúvida, faz com que mulheres racialmente diferentes tenham

questões políticas em comum, mas é imprescindível considerar que a experiência racial determina às mulheres negras uma condição de gênero que as fazem viver a condição de mulher de um lugar singular, marcado profundamente pelas discriminações raciais, pelo modo como se relacionam culturalmente e pela forma como suas escritas imprimem essa perspectiva. Para Stuart Hall (2003), numa forma sincrética, os elementos nunca estabelecem uma relação de igualdade, e sim, são sempre inscritos diferentemente pelas relações de poder. Dessa relação, quase sempre de subordinação e dependência, nascem os conflitos identitários e culturais do sujeito e das coletividades. De acordo com Hall, a história mostra que os processos de deslocamentos forçados já ocorridos, e que caracterizam a diáspora tradicional, são, de modo geral, violentos e traumáticos.

### **A dissonância na construção identitária**

Ao propor a discussão da temática sobre a identidade negra, colocamo-nos diante de um terreno movediço, muitas vezes contraditório e

formado mais por questionamentos do que por respostas conclusivas. Portanto, ao trilhar este caminho, tomamos consciência dos riscos e dos desafios que permeiam qualquer análise a respeito das identidades e de suas representações literárias, aliás, o que já foi apontado em relação ao gênero e ao feminino. Tomamos consciência, ainda, da relevância desta discussão, tanto em termos de suas importâncias social e política no mundo contemporâneo, quanto como elemento problematizador do discurso acadêmico, em que o conceito de identidade tem sido igualmente importante para a tessitura de análises e explicações a respeito das transformações sociais e culturais. Em Carolina Maria de Jesus, encontramos um sujeito marginalizado, transitando numa superfície branca, traçando com signos negros, seu caminho numa terra de brancura plena. Sujeito periférico, que rompeu a silenciosa posição de objeto para entrar na cena literária, utilizando a literatura enquanto veículo de um discurso político, formado no desejo de autoafirmação, resultando numa escrita fortemente marcada por um teor testemunhal, caráter novo à proposta de intervenção literária, posto que as autora residiu nos próprios

espaços subalternizados que serviram de inspiração para suas obras. Além disso, a presença dessa mulher na cena literária brasileira contemporânea possibilitou a emergência de um importante debate acerca da constituição de novos sujeitos discursivos no cenário cultural brasileiro. Não se trata apenas de uma busca pela inserção no espaço literário, mas também de utilizar a literatura como veículo de um discurso que almeja representatividade social e política para um grupo silenciado.

Para as mulheres negras, a conquista e a valorização do poder discursivo refletem não apenas o resultado das lutas empreendidas, mas uma grande mudança no pensamento e na necessidade de reflexão da sociedade. Carolina Maria de Jesus ingressou nas páginas da literatura brasileira a partir da publicação de seu diário. No entanto, há uma especificidade em seu caso: a publicação de seus escritos, que deram origem a *Quarto de Despejo – diário de uma favelada*, em 1960, pode ser tomada como uma das primeiras experiências de um marginalizado, confrontando-se com o código letrado. O resultado da incursão de uma mulher negra, catadora de papel, nas

páginas da literatura brasileira, foi o sucesso expresso no número de vendas do livro: cerca de dez milhões de exemplares no mundo todo. *Quarto de despejo* foi impulsionado pelo valor testemunhal da obra, sendo lido não apenas como produção artística, mas também como um documento que apresenta uma “verdade” sobre o Brasil.

Porém, Carolina foi lida de forma ávida, mas não crítica, o que deveria ser realizado. A mulher negra e favelada, com pouca escolaridade, registra o cotidiano de pobreza que rege seus dias, bem como a humilhação social e moral a que estão sujeitos os habitantes da favela do Canindé. *Quarto de Despejo* é mais do que um simples depoimento: trata-se de uma obra em que, a despeito das condições materiais e culturais de sua autora, constrói-se uma forte e única representação da dinâmica social urbana, vista pelo ângulo dos que são lançados à margem. Carolina Maria de Jesus escreve para denunciar a favela e para sair dela; escreve também para, diferenciando-se dos outros moradores, lutar contra o rebaixamento a que estão sujeitos os miseráveis, num momento em que se anuncia novo salto modernizador de

São Paulo e do Brasil. Como escreveu Drummond à época do lançamento do livro de Carolina Maria de Jesus, “Ela é a mais necessária e visceral flor do lodo” (LONGO, 2017, s/p).

Eliminar os resquícios das práticas escravocratas é possível a partir da compreensão profunda do nosso problema racial. A literatura negra de Carolina contribui para expor o problema e mostrar a história da diáspora feminina no processo de construção de sua própria identidade. O reconhecimento da condição racista e segregadora é a primeira iniciativa necessária para a solução do nosso problema racial. Para este combate, trabalham as obras e nossos constantes estudos, como denúncia, luta, reconhecimento e para as negras, acima de tudo, resistência. Os temas da opressão e da liberdade são importantes fios condutores das narrativas. Podemos interpretar esta presença como a manifestação do profundo desejo de libertação dos grilhões do racismo e da miséria que enfrentavam na vida real. O fato de a liberdade permanecer no centro das

atenções permite concluir que, do ponto de vista dos negros, o ato formal da abolição da escravatura não criou, de fato condições para o exercício da cidadania. A grande maioria sofreu em silêncio, sob as penosas experiências de trabalhadores livres nas metrópoles.

Compreende-se a chamada “identidade negra” no Brasil como um processo identitário peculiar, no qual o sujeito torna-se negro. Sua história perpassa pelo sequestro de seu povo, pela captura, pela violência, por uma identificação deturpada de sua autoimagem. A importância do estudo sobre deslocamentos de indivíduos e coletividades para se pensar o mundo contemporâneo e seus processos de mistura cultural, mostra o esforço que os pensadores críticos têm realizado na compreensão dos fenômenos identitários na atualidade, dando contribuição para que possamos perceber e compreender como as experiências decorrentes destes movimentos têm inspirado as narrativas literárias do tempo presente.

## Referências

BERND, Zilé. Figurações do deslocamento nas literaturas nas Américas. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, nº 30. Brasília, julho-dezembro de 2007, pp. 89-97. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2053/1616>. Acesso em: 02/09/2018

CRENSHAW, Kimberlé - Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> 1/2002. p.65. Acesso em 02/09/2018.

EVARISTO, Conceição. Da representação a autorrepresentação da mulher negra na literatura brasileira. **Revista Palmares: cultura afro-brasileira**, Brasília, ano 1, nº.1, ago. 2005. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf>. Acesso em 02/09/2018.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz T. (org e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. \_\_\_\_\_ . Pensando a diáspora. Reflexões sobre a terra no exterior. In: HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **Identidade Cultural na Pós – Modernidade**. Trad.de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. Diário de uma favelada. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

LONGO, Iván. Professor branco diz que obra de Carolina Maria de Jesus não é literatura e provoca embate no RJ. **Fórum**, 20 de abril de 2017. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf>. Acesso em 02/09/2018.

SANTIAGO, Silviano. Deslocamentos Reais e Paisagens Imaginárias. O Cosmopolita Pobre. In. CHIARELLI, Stefania; NETO, Godofredo Silva. (Orgs.). **Falando com Estranhos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

*O(s) autor(es) se responsabiliza(m) pelo conteúdo e opiniões expressos no presente artigo, além disso declara(m) que a pesquisa é original.*

**Recebido em 24/09/2019**

**Aprovado em 20/11/2019**